

**HABEAS CORPUS Nº 549.074 - SP (2019/0358771-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
MARCO CHRISTIANO CHIBEBE WALLER - SP282172  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ALFREDO CURY JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALFREDO CURY JUNIOR contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Apelação n. 1500070-11.2018.8.26.0228).

Consta dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela prática do crime previsto no art. 155, *caput*, do Código Penal (e-STJ fls. 14/24).

Irresignadas, as partes interpuseram recursos de apelação, os quais foram improvidos (e-STJ fls. 50/60), em acórdão assim ementado:

*Uso de documento falso – Cédula de identidade Profissional do Conselho Regional de Administração – Materialidade mal comprovada – Ausência de prova no sentido de que o apelante apresentou o documento – Absolvição mantida – Recurso do Ministério Público improvido;*

*Furto simples Princípio da insignificância Figura inexistente no ordenamento jurídico Réu portador de maus antecedentes e reincidente Não cabimento Retirada da res furtiva do local Prisão graças à eficiente atuação do segurança do estabelecimento comercial Inversão da posse dos bens Inocorrência Precedentes jurisprudenciais Réu portador de inúmeros antecedentes, reincidente, mas que confessou a autoria Compensação entre a agravante e a atenuante Possibilidade Regime fechado Cabimento Sentença correta Recursos improvido.*

No presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/10), a impetrante sustenta

que o acórdão impugnado impôs constrangimento ilegal ao paciente, pois manteve condenação por fato materialmente atípico, na medida em que a conduta seria insignificante sob o prisma jurídico-penal. No ponto, destaca que a existência de condenações anteriores não impedem a aplicação princípio da bagatela, sendo que *doze das dezesseis condenações que o réu possui não foram cometidas nem ao menos neste século (GR 1 a 12). As que foram cometidas neste século não foram cometidas nesta década (GR13 A GR 16). Por fim, a condenação mais recente, que apurou fato ocorrido em 2010, teve fim da execução marcada para 19/08/2013 (e-STJ fl. 7).*

Subsidiariamente, embora o paciente seja reincidente e possua maus antecedentes, entende ser desproporcional o regime inicial fechado estabelecido na origem, pois *as condenações são muito antigas e que a lesividade da conduta é mínima, em caso de não se reconhecer a insignificância, de rigor se fixar regime aberto, ou ao menos o semiaberto, em homenagem aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade (e-STJ fl. 9).*

Ao final, formula pedido liminar para que o paciente possa aguardar em regime aberto o julgamento deste *writ*, e no mérito, pede a concessão da ordem para que o paciente seja absolvido ou, subsidiariamente, o abrandamento do regime prisional.

É o relatório. **Decido.**

De início, o presente *habeas corpus* não comporta conhecimento, pois impetrado em substituição a recurso próprio. Entretanto, nada impede que, de ofício, seja constatada a existência de ilegalidade que importe em ofensa à liberdade de locomoção do paciente.

No caso dos autos, ao menos em juízo de cognição sumária, não verifico manifesta ilegalidade apta a justificar o deferimento da medida de urgência, sendo necessário aprofundado exame dos autos para a aferição de eventual constrangimento.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ademais, o pedido liminar confunde-se com parte do próprio mérito da impetração, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Suficientemente instruída a impetração, dispensei informações.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator